

**O BRASIL DIANTE DA OFENSIVA NEOLIBERAL:
notas de uma tragédia anunciada**

**BRAZIL IN THE FACE OF THE NEOLIBERAL OFFENSIVE:
notes of a tragedy announced**

**BRASIL FRENTE A LA OFENSIVA NEOLIBERAL:
notas de una tragedia anunciada**

Gabriel Miranda

Doutorando em Psicologia
UFRN (Natal, Brasil) e EHESS (Paris, França)
g.m.b94_@hotmail.com
Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3766-6303>

Ilana Paiva

Doutora em Psicologia
UFRN (Natal, Brasil)
ilanapaiva@hotmail.com
Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3331-2890>

Texto recebido aos 10/11/2020 e aprovado aos 07/05/2021

Resumo

O presente artigo, de caráter exploratório, apresenta um debate teórico-conceitual acerca do neoliberalismo. Além disso, analisa o contexto político no qual tal ideário se intensificou no Brasil e delinea algumas das implicações da ofensiva neoliberal para a classe trabalhadora, com particular ênfase no período entre 2016 e 2019.

Palavras-chave: neoliberalismo, conservadorismo, necropolítica.



This work is licensed under an Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Abstract

This exploratory article presents a theoretical and conceptual debate on neoliberalism. Furthermore, it analyzes the political context in which the neoliberal program intensified in Brazil and highlights the implications this had for the working class, with particular emphasis on the period between 2016 and 2019.

Keywords: neoliberalism; conservatism; necropolitics.

Resumen

Este artículo, de carácter exploratorio, presenta un debate teórico-conceptual acerca del neoliberalismo. Además, analiza el contexto político en que ese ideario se intensificó en Brasil y delinea algunas de las implicaciones de la ofensiva neoliberal para la clase obrera, con particular énfasis en el período entre los años de 2016 y 2019.

Palabras clave: neoliberalismo, conservadurismo, necropolítica.

Os últimos anos, sobretudo a partir de 2013, registraram importantes processos políticos no contexto brasileiro. Tais processos, desde as manifestações de junho de 2013 até a consolidação de Jair Messias Bolsonaro como Presidente da República, evidenciaram as disputas entre setores políticos de esquerda e de direita na gestão do Brasil. Após o “calor da ação” de junho de 2013, pode-se afirmar com precisão que, se havia alguma esperança de que aqueles levantes populares impulsionariam o jogo político brasileiro para a esquerda, elas não se concretizaram. Ao contrário, o que a história registrou foi uma onda de deslegitimação das instituições políticas – sobretudo dos poderes Legislativo e Executivo –, apropriada pela direita para, em primeiro lugar, associar o Partido dos Trabalhadores – e por consequência “a esquerda” às imagens de *corruptos*, *donos do poder*, representantes do *establishment*¹ e, paralelamente, lançar candidatos que se apropriaram do discurso de “negação da política” para se apresentarem como opções políticas *antissistema* ou *tecnocratas*.

Seguindo, de forma resumida, a cronologia dos acontecimentos pós-2013, temos, no ano de 2014, a vitória de Dilma Rousseff (PT) por uma pequena margem percentual no segundo turno das eleições presidenciais. Ora, foi a partir da sua reeleição e da consequente derrota de Aécio Neves (PSDB) que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – até aquele momento, principal opositor do Partido dos Trabalhadores (PT) – questionou o resultado das urnas eletrônicas e plantou, sem qualquer fundamentação minimamente coerente, a semente do descrédito em relação ao processo eleitoral brasileiro.

Em 2016, após dois anos de mandato, a então presidenta Dilma Rousseff foi destituída do cargo por meio de um processo de impeachment marcado por evidentes interesses políticos dos setores conservadores e reacionários, alinhados com a burguesia. Portanto, como resultado da incompatibilidade entre a agenda da presidenta e do parlamento, um “acordo nacional”² foi montado em conjunto com o poder legislativo, setores da burguesia, o Judiciário, a mídia e o apoio de estratos da sociedade que personificavam todos os

¹ A apropriação desse discurso por setores da extrema-direita fica evidente no manifesto Aliança pelo Brasil, documento que representa os pilares do partido que Bolsonaro almeja construir desde sua saída do Partido Social Liberal (PSL), em 2019. No referido documento, o termo “donos do poder” é utilizado três vezes para fazer menção ao Partido dos Trabalhadores durante o período de 2005 até 2013. As palavras “corruptos”, “corrupto” e “corrupção” aparecem

sete vezes ao longo do documento, seja para associar tal prática aos seus opositores, em específico o Partido dos Trabalhadores, ou para que o Aliança pelo Brasil se apresente como partido político contrário a tal prática.

² Cf. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html

problemas do Brasil na figura do Partido dos Trabalhadores, a fim de operacionalizar o *golpeachment*, termo que se tornou recorrente em algumas análises para evidenciar a nova faceta do golpismo: promover um golpe de Estado com uma aparência institucional de *impeachment*. Por meio dessa manobra, o vice-presidente Michel Temer assumiu a cadeira presidencial e, em conjunto com os setores golpistas do parlamento, avançou na implementação de um programa ultraliberal de retirada de direitos até o final do mandato, em 2018.

Contudo, o golpe não estaria concluso se, nas eleições de 2018, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva retornasse à cadeira presidencial por meio do voto popular, como indicavam as pesquisas de intenção de voto aplicadas em 2018³. Por essa razão, o estado de exceção brasileiro, que até 2016 parecia exclusividade das periferias nacionais, suprimindo direitos e produzindo a morte simbólica, social e biológica da população preta e pobre, estendeu-se para um lugar até então não ocupado e permitiu o *golpeachment* da presidenta Dilma, em 2016, e a prisão arbitrária de Lula, em 2018, retirando-o, assim, da disputa eleitoral. A Constituição Federal, pisoteada nos becos e

vielas das periferias onde jovens negros são exterminados, dessa vez foi rasgada no horário nobre da tevê aberta.

Com a principal liderança política do país impedida de participar do pleito eleitoral e somando-se outras circunstâncias, como uma intensa campanha difamatória do candidato Fernando Haddad (PT) e sua vice Manuela d'Ávila (PCdoB) via *WhatsApp* e redes sociais, o caminho ficou livre para que um representante da extrema-direita chegasse à chefia do Poder Executivo federal. Portanto, de forma resumida, foi esse o cenário que permitiu que, no dia 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro assumisse a cadeira presidencial, de modo a dar continuidade ao desenvolvimento de um programa econômico ultraliberal para o Brasil, já iniciado por Michel Temer.

Desse modo, os objetivos do presente ensaio, de caráter exploratório, consistem em apresentar alguns contributos analíticos sobre o neoliberalismo e esboçar um balanço da implementação desse programa no Brasil, tomando como recorte temporal o período pós-2016. A fim de contemplar tais objetivos, o texto se encontra organizado em três seções. Na primeira, apresentamos categorias gerais sobre o neoliberalismo e, nas duas seções

³ Cf. <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/08/197955>

9-39-votariam-em-lula-sem-petista-bolsonaro-lidera-disputa-presidencial.shtml

seguintes, analisamos a intensificação deste no Brasil, com atenção especial para o período entre 2016 e 2020. Espera-se que, em tempos de avanços da direita no continente latino-americano, as reflexões expressas ao longo deste manuscrito possam servir como subsídios para a compreensão dos efeitos da adoção do neoliberalismo como plataforma política, econômica e social.

Contribuições gerais para pensar o neoliberalismo

De acordo com o historiador e marxista inglês Perry Anderson (1995), o neoliberalismo se constituiu historicamente como uma teoria econômica e política contrária ao Estado de bem-estar social. Nas lides políticas que marcaram o século XX, pode-se afirmar que o ideário neoliberal – que ganha corpo teórico com a publicação da obra *O caminho da servidão*, escrita por Friedrich Hayek em 1944 – apenas começa a obter espaço na esfera política com a crise de 1973, que impôs ao mundo capitalista avançado uma profunda recessão, interrompendo o chamado “período de ouro do capitalismo”, que possuía como uma de suas marcas a intervenção estatal na economia. Foi, portanto, esse contexto histórico que permitiu a abertura de uma “janela de oportunidade” para o declínio do

modelo de Estado keynesiano e a consolidação do neoliberalismo como teoria política e econômica hegemônica na gestão do capitalismo nos países do Norte desenvolvido.

Neste momento da exposição, é mister demarcar que tanto os modelos que defendem uma maior intervenção do Estado na esfera econômica, como aquele idealizado pelo economista inglês John Keynes (2012), quanto o modelo neoliberal são formas de gestão do capitalismo. Divergem, entretanto, nos remédios que prescrevem para a economia capitalista. E, como todos sabem desde a infância, alguns remédios são mais amargos do que outros.

De um lado, para Keynes e seus seguidores, o remédio para garantir a reprodução do capital deve conter em sua fórmula o estímulo à demanda, ou seja, a introjeção de renda nos setores sociais que possuem maior propensão ao consumo: aqueles que se encontram na base da pirâmide social e, portanto, veem-se impelidos a utilizar seus salários no mercado, tendo em vista a obtenção de itens destinados à manutenção da sobrevivência cotidiana. Nesse sentido, o ciclo keynesiano conta com uma certa ênfase na intervenção estatal a fim de gerar mais empregos, fato que conduziria ao incremento da massa de assalariados aptos a consumir. Como consequência ao acréscimo de

consumidores, os setores da economia aumentam a produção para atender à demanda emergente, o que produz um maior crescimento econômico, que possibilita, por sua vez, uma maior arrecadação de impostos, necessários para que se mantenha a intervenção estatal na esfera social e econômica (Keynes, 2012).

Situando-se do lado oposto, o neoliberalismo contém em sua fórmula o estímulo da oferta e, para tanto, argumenta em favor da diminuição do poder dos sindicatos, dos investimentos públicos sociais e da legislação trabalhista, ações necessárias para garantir a “liberdade do mercado”. Para a perspectiva neoliberal, a manutenção de uma “taxa natural de desemprego” – ou, em termos marxianos, de um exército industrial de reserva – é um mecanismo importante para possibilitar à burguesia a redução salarial. Com tal redução há, portanto, o aumento da produção de mais-valor, derivado diretamente da maior exploração dos trabalhadores e trabalhadoras. Mas, além do incremento da espoliação dos trabalhadores, para o ideário neoliberal faz-se importante, também, reduzir os impostos da burguesia, de modo a potencializar sua margem de lucro. De acordo com os neoliberais, o maior lucro da burguesia atrairá mais investimentos e, desse modo, a

economia tenderá a crescer (Hayek, 2010; Friedman, 2014).

Contudo, conforme aponta a experiência histórica, a aplicação do ideário neoliberal não conduziu ao aumento do investimento privado no setor produtivo e ao crescimento econômico, como queriam os ideólogos do neoliberalismo, pois os lucros não foram investidos na esfera produtiva, mas no mercado financeiro (Anderson, 1995). Se é que serve de consolo, talvez careça à burguesia contemporânea a ética protestante à qual Max Weber (2004) atribuiu papel importante na consolidação do capitalismo moderno.

Um dos principais axiomas do neoliberalismo consiste na defesa de que a primeira liberdade a ser assegurada é a liberdade de mercado, pois dela emergem – ou derivam – as condições para o pleno desenvolvimento econômico e garantia das demais liberdades. Não à toa, em nome da liberdade de mercado, liberdades civis e políticas são violadas para implementação do programa neoliberal. É o que registra a experiência do Chile, por exemplo, onde um golpe civil-militar destituiu, em 1973, o governo democrático popular de Salvador Allende e inaugurou uma ditadura encabeçada por Augusto Pinochet, conhecida como o laboratório mundial do neoliberalismo. Do mesmo modo, no Brasil,

a negação do direito à vida a milhares de pessoas não está descolada do ideário neoliberal e dos imperativos do capital.

Comumente, o neoliberalismo se esconde detrás da retórica de “um Estado mínimo”. Caberia perguntar, porém: mínimo em quê? E em quais circunstâncias? Defendido como um programa que visa a redução do Estado por seus ideólogos do Monte Pèlerin, da Escola de Chicago, da Escola Austríaca, e também por parcela de seus opositores, a argumentação exposta neste artigo assume que definir o programa neoliberal como sinônimo de “Estado mínimo” consiste em uma meia verdade ou, ainda, em uma simplificação grosseira.

Partindo de premissas teórico-conceituais expostas n’*A Riqueza das Nações*, obra escrita pelo economista liberal inglês Adam Smith (1996), os neoliberais de fato advogam em defesa da autorregulação da economia de mercado, utilizando, para isso, a metáfora da *mão invisível*. Seguindo essa perspectiva, não há necessidade de que o Estado interfira na economia e qualquer intervenção deste se constitui como uma externalidade negativa para o pleno desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o neoliberalismo expressa, de fato, um Estado mínimo.

Contudo, se os neoliberais clamam, sob a ótica da eficiência e do ajuste fiscal, por um Estado mínimo nas intervenções econômicas e gastos sociais, esse mesmo programa político e econômico necessita de um Estado forte para conter os sindicatos⁴, instrumentos de organização da classe trabalhadora que criam, de acordo com os neoliberais, impedimentos ao desenvolvimento do livre mercado (Anderson, 1995).

Mas não somente. Conforme registrou o cientista social francês Loïc Wacquant (2007), a operacionalização do neoliberalismo como plataforma de governo apareceu acompanhada da consolidação do Estado penal, ou seja, do aumento quantitativo e qualitativo de instrumentos punitivo-penais endereçados a exercer o controle do refugio da sociedade de mercado. Portanto, se a mão que regula a economia de mercado é invisível, aquela que controla os sindicatos e o excedente populacional marginalizado pela própria configuração do modo de produção capitalista é demasiadamente visível: trata-se das polícias, dos tribunais, das prisões, do

⁴ Uma das premissas do neoliberalismo consiste em aplicar um sistema de freios no poder dos sindicatos, conforme mostrou a experiência de Margareth Thatcher no Reino Unido, de Augusto Pinochet no Chile e, recentemente, do governo de Michel Temer no Brasil, com a implementação

da Contrarreforma Trabalhista que, dentre suas várias consequências, propõe o fim da contribuição sindical obrigatória, o que coloca os sindicatos em um cenário de insegurança.

sistema socioeducativo. Conforme sintetiza Wacquant (2012, p. 506):

políticas de desregulamentação econômica, de workfare fiscalizador e de justiça criminal punitiva tendem a andar e a florescer juntas. Resumindo, a penalização da pobreza emergiu como um elemento central da implementação doméstica e da difusão através das fronteiras do projeto neoliberal, do “punho de ferro” do Estado penal, unido à “mão invisível” do mercado, ambas em conjunção com o esgarçamento da rede de seguridade social.

Compreender o neoliberalismo é, portanto, tomar como ponto de partida a dialética entre intervenção mínima e máxima do Estado burguês. Ora é necessário um Estado máximo para conter a classe trabalhadora e suas manifestações de resistência à ordem do capital – ou para salvar a economia colapsada quando a mão invisível realmente desaparece; ora é necessário o Estado mínimo, para atuar na gestão de políticas sociais e (des)regular as relações capital-trabalho e capital-ambiente. Ainda assim, conforme destaca Sánchez (2015, p. 2), “é interessante ver como, aparentemente, a função punitiva do Estado escapou por décadas do discurso da intervenção estatal mínima promulgada pela doutrina neoliberal”. Por fim, mesmo que o neoliberalismo defenda intervenção mínima em algumas áreas – como as sociais –, os seus efeitos para a classe-que-vive-do-trabalho são máximos.

O centro do neoliberalismo é o mercado, que se constitui a partir da busca incessante pelo lucro. Nesse sentido, tudo que se localiza fora deste deve sofrer sanções. O Estado não deve ser extinto, mas deve atuar incessantemente para o mercado e para garantir o seu funcionamento, numa espécie de “fundamentalismo de mercado”, para utilizar o termo empregado por Wacquant (2012). Por essa razão, o neoliberalismo pode ser entendido como um processo histórico de reconfiguração estatal em favor do mercado (Sánchez, 2015). Nesse movimento, o Estado ganha um corpo dual: trata-se de um Estado centauro, mesclando liberalismo e paternalismo (Wacquant, 2012). Ainda de acordo com Wacquant (2012, p. 515):

a virada do nosso próprio século testemunhou a remodelagem de um novo tipo de Estado, que reivindica sacralizar o mercado e abraçar a liberdade, mas, na realidade, reserva o liberalismo e seus benefícios àqueles que estão no topo, enquanto impõe o paternalismo punitivo àqueles que estão na base. Ao invés de ver a polícia, o tribunal e a prisão como apêndices técnicos da luta contra a criminalidade, devemos reconhecer que eles constituem as competências políticas centrais através das quais o Leviatã governa o espaço físico, recorta o espaço social, dramatiza as divisões simbólicas e encena a soberania.

Mas, se é o neoliberalismo uma teoria econômica e política que inspira um conjunto de políticas públicas, este é também uma racionalidade que molda o

modo como os sujeitos compreendem a realidade e a si próprios (Dardot & Laval, 2016). A razão neoliberal, impregnada das ideologias do empreendedorismo, da meritocracia e do *self-made man*, circula nos ares das sociedades modernas como verdadeiro dogma que confere bases para o desenvolvimento do ideário punitivista. Afinal, faz crer que aqueles que praticam os chamados “crimes de rua” – em geral, crimes contra patrimônio e tráfico de drogas – são totalmente responsáveis por suas ações, desconsiderando as mediações sociais, históricas, políticas e econômicas que envolvem a produção do delito (Sánchez, 2015).

Da mesma maneira, a difusão do ideário meritocrático – um expoente daquilo que estamos a chamar de razão neoliberal – também contribui para proporcionar um profundo apagamento das determinações históricas, políticas, sociais e culturais que determinam a vida dos sujeitos em sociedade. Diante desse apagamento do mundo social, o indivíduo é colocado como o único responsável por seu sucesso ou fracasso, como se as circunstâncias nas quais ele está inserido não impusessem algum tipo de constrangimento ou incentivo na construção das trajetórias sociais. Acreditamos que nisso reside um dos fatores que ajuda a compreender

os elevados índices de adoecimento mental e suicídio no capitalismo contemporâneo⁵.

Portanto, seguindo o caminho aberto por Pierre Dardot e Christian Laval (2016), defende-se que o neoliberalismo, ao promover uma reconfiguração no capitalismo, transformou também as sociedades e, por essa razão, não pode ser reduzido ao corpo de uma mera política econômica. É, antes disso, “uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (Dardot e Laval, 2016, p. 17). Nesse sentido, o neoliberalismo tem o poder de orientar não apenas a vida econômica e política, mas também a vida social e subjetiva, na medida em que radicaliza padrões de comportamento social individualistas e concorrenciais.

O Brasil pós-golpe e a intensificação do ideário neoliberal

No caso específico do contexto brasileiro, o ano de 2016 impôs um novo marco na história do Brasil, tendo em vista que a experiência democrática retomada em 1988, com a promulgação da Constituição que consolidava – ao menos no plano formal – o fim da ditadura civil-militar, foi

⁵ Cf. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf?ua=1>

interrompida por um golpe de Estado que destituiu a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff do cargo de Presidente da República e deu início ao governo de Michel Temer.

Diferentemente dos golpes de Estado que tomaram de assalto a América Latina durante a segunda metade do século XX, o neogolpismo, que se espalhou nos últimos anos, é marcado por uma operacionalização distinta daquela. No Brasil, por exemplo, conforme já mencionado, uma aliança entre mídia, setores da burguesia e atores do legislativo e judiciário bastou para adestrar as consciências do eleitorado e garantir a institucionalidade daquilo que Luís Felipe Miguel definiu, de maneira jocosa, em suas análises, como *golpeachment*, isto é, o uso político do impeachment para interditar um mandato. Em outros termos, o requinte do neogolpismo está em não necessitar de militares para efetivar golpes de Estado e implodir a democracia liberal.

Não nos preocupam as lides em torno da definição da experiência do Partido dos Trabalhadores na gestão do Poder Executivo federal ao longo dos anos de 2003 e 2016. Uma coisa, contudo, nos parece óbvia: não foi um governo de inspiração socialista ou comunista, como alegou parte da imprensa envolvida no processo de consolidação do golpe.

Sabemos, portanto, o que não foi a experiência petista. Porém, não é o propósito deste artigo afirmar o que foi tal experiência: reformista, popular, de esquerda, social-democrata, neoliberal ou qualquer que seja. O que nos interessa, aqui, é que esse foi um governo de conciliação de classes que, ao mesmo tempo, atendeu aos interesses da burguesia e proporcionou melhorias reais nas condições de vida da classe trabalhadora – situação que, em determinado momento, tornou-se insustentável diante dos imperativos da classe dominante, demonstrando os limites de um governo de conciliação. É nesse contexto, de falência do projeto de conciliação, que se abre espaço para que o pacote neoliberal pudesse ser implementado a todo vapor, dessa vez por representantes alinhados ao espectro político da direita.

Conforme exposto, tal contexto coloca em xeque o ambiente democrático-liberal iniciado em 1988 com a promulgação da Constituição Federal e inicia um momento histórico – do qual os anos de 2017, 2018 e 2019 são testemunhas – de intensificação do neoliberalismo como plataforma de governo. São frutos desse momento, por exemplo, a implementação da Proposta de Emenda Constitucional nº 95 – apelidada por movimentos sociais e setores progressistas de “PEC do Fim do Mundo” –, que congela por vinte anos os

gastos com as despesas primárias do Governo Federal, e da Reforma Trabalhista, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em mais de cem pontos, flexibilizando a relação capital-trabalho e aumentando as possibilidades de superexploração da força de trabalho brasileira. Tanto a PEC quanto a Contrarreforma Trabalhista afetaram diretamente a classe trabalhadora, especialmente os setores populares, femininos e negros, para quem a superexploração sempre apresentou suas expressões mais perversas.

A PEC nº 95 contribui para que o Estado falhe propositalmente na garantia de direitos sociais e, assim, falhe também em assegurar o pleno exercício da cidadania, que se constitui por meio do estabelecimento efetivo de direitos políticos, civis e sociais por parte do Estado (Marshall, 1967; Carvalho, 2002). Já a Contrarreforma Trabalhista contribui para, a partir da precarização das condições laborais, alargar os mecanismos de intensificação da superexploração da força de trabalho e tornar o Brasil um parque de diversões para a burguesia. Importa saber que medidas de austeridade e de cunho neoliberal não foram iniciadas, mas sim ampliadas com o golpe de Estado que permitiu a Michel Temer assumir a cadeira presidencial e, em conjunto com os

parlamentares golpistas, intensificar a aplicação de políticas de corte neoliberal.

O Brasil, que nunca experimentou um Estado de bem-estar social tal qual as experiências registradas na Europa e nos Estados Unidos da América, apresenta, desde a redemocratização, um germe neoliberal na construção de suas políticas. Em alguns períodos, esse germe aparece de forma mais acentuada, como durante a década de 1990, fortemente influenciada pelo receituário do Consenso de Washington e, agora, no período pós-golpe.

Austeridade, ajuste fiscal, neoliberalismo, corte de gastos. Esse é o cenário que começa a se desenhar na economia mundial pós-2007, quando estoura a crise financeira nos Estados Unidos da América. O Brasil, vale lembrar, é um país dependente, o que significa que sua economia interna está fortemente relacionada com os rumos da economia nos países de capitalismo central. Devido a essa característica, os custos das crises do capital para a população brasileira, sobretudo para os estratos mais pauperizados da classe trabalhadora, são ainda mais caros.

Apenas a nível de exemplificação do efeito das políticas de austeridade e de cunho neoliberal para a população jovem, citamos o seguinte episódio: na Espanha, entre 2008 e 2012, a taxa de desemprego entre adolescentes com idade entre 16 e 19 anos

cresceu de 39,4% para 72,6% e, no que diz respeito aos jovens com faixa etária entre 20 e 24 anos, cresceu de 20,4% para 49,1% (Soler et al., 2014). No Brasil, de acordo com dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018), entre 2014 – ano em que, graças à narrativa inconsistente de fraude nas eleições presidenciais, foi plantada a semente do golpe de 2016 – e 2018, o crescimento do desemprego entre jovens com idade entre 18 e 24 anos cresceu de 15,8% para 28,1% e, de modo ainda mais expressivo, o número registrado de jovens com idade entre 19 e 25 anos que interromperam a graduação em 2017 foi de 170.629, mais do que quatro vezes o número apresentado para os anos de 2016 e 2015.

Os dados expostos ilustram um cenário produtor de incertezas a respeito do futuro dos jovens que, devido às escassas possibilidades que o momento histórico oferece, veem-se impedidos de construir suas trajetórias de vida a partir da continuidade nos estudos ou da inserção no mundo do trabalho de forma não precarizada. As consequências desse processo se desdobram não apenas na vida individual desses sujeitos, mas também no conjunto da nação, que desperdiça a potencialidade dos jovens. Nesse cenário marcado por escolhas escassas, até mesmo práticas delituosas tornam-se uma opção (Faria & Barros, 2011).

O neoliberalismo é, portanto, além de um elemento concreto da realidade brasileira, uma teoria político-econômica e uma racionalidade cujas consequências afetam diretamente as vidas de cidadãos que, não bastasse estarem presos nas bases da pirâmide social, são também aprisionados detrás das grades dos sistemas prisional e socioeducativo. Conforme alertou Eluard Vasconcelos, poeta potiguar, o neoliberalismo é uma arma apontada na boca de quem tem fome. Ora, o que é o receituário neoliberal senão um modelo produtor de morte em vida?

A partir dele, há uma intensificação da violência estatal, que se expressa, por exemplo, na negação de direitos fundamentais. Tal violência, por sua vez, contribui para, entre outras coisas, elevar os índices de insegurança urbana, tendo em vista o exército de miseráveis que é produzido e vê na rebelião contra seu ambiente social uma opção para garantir a sobrevivência. Ademais, é mister considerar que, a fim de coibir a insegurança urbana, o Estado brasileiro não tem incidido na raiz do problema, isto é, a insegurança social. Mas, ao contrário, tem investido em políticas de repressão, e, com isso, produzido mais violência, conforme registra a experiência histórica (Miranda & Paiva, 2017).

Somado a isso, tem-se a superexploração do trabalho, que resulta na

diminuição do tempo de vida saudável do trabalhador (Osorio, 1975). E, quando parecem esgotadas as possibilidades de o neoliberalismo produzir a morte, não podemos nos furtar de mencionar que as condições sociais advindas de tal sistema contribuem para produzir e intensificar sentimentos de melancolia, tristeza e culpa, cooperando, assim, para o incremento das taxas de suicídio.

Contudo, o neoliberalismo não se apresenta de uma única maneira. E é importante demarcar esse aspecto, sobretudo ao tratarmos do continente latino-americano, historicamente espoliado pelos países do Norte Global. Por essa razão, é necessário considerar as especificidades dos países que implementam ou implementaram essa plataforma de governo. Ainda que as múltiplas formas de aplicação do neoliberalismo compartilhem uma base bem definida, caracterizada pela redução do Estado em determinadas áreas e pelo fortalecimento na esfera do controle, cada realidade nacional possuirá suas características próprias.

No caso do Brasil, por exemplo, a introdução da plataforma neoliberal pós-Consenso de Washington não representou uma ruptura com um Estado de bem-estar social, tendo em vista que tal experiência nunca foi vivenciada no país. Do mesmo modo, o avanço de tal programa foi

amortecido na primeira década do século XX por um governo de centro-esquerda, fato que contribuiu para a manutenção de uma economia híbrida, marcada pela existência de bancos e empresas públicas entre as maiores do país e extensos sistemas públicos de saúde e educação que coexistem com sistemas privados. Entretanto, a manutenção de tal cenário se apresenta frágil diante do avanço de uma onda ultraliberal que pretende, a partir da demonização estatal construída ao longo dos últimos anos, apropriar-se desse sentimento social para reduzir ao máximo a intervenção do Estado na economia e na implementação de políticas públicas. Acerca do projeto neoliberal de privatizações e “demonização” do Estado, Jessé Souza (2017, p. 12) pontua que:

Essas ideias do Estado e da política corrupta servem para que se repasse empresas estatais e nossas riquezas do subsolo a baixo custo para nacionais e estrangeiros que se apropriam privadamente da riqueza que deveria ser de todos. Essa é a corrupção real. Uma corrupção legitimada e tornada invisível por uma leitura distorcida e superficial de como a sociedade e seus mecanismos de poder funcionam.

Todavia, é mister evidenciar que o neoliberalismo não instala a desigualdade e a pauperização no Brasil, mas as mantém e intensifica. A história social do Brasil é marcada pela presença da monocultura, do latifúndio, da escravização da população negra, bem como de uma burguesia sem projeto nacional e, portanto, lacaia de

interesses externos (Prado Júnior, 2006). Tais elementos, assim como a posição subalterna que o Brasil ocupou e ocupa na divisão internacional do trabalho (Marini, 2000a, 2000b), são centrais para compreender características da realidade social brasileira contemporânea, como o racismo estrutural, a abissal desigualdade social, a posição de país dependente no capitalismo global e a ênfase punitivista.

O processo de escravização da população negra – que, por mais de 300 anos, se constituiu como força motriz do modo de produção brasileiro e findou em 1888 sem que houvesse nenhum mecanismo para a inserção desse grupo étnico-racial na sociedade de classes – associado à industrialização e às políticas racistas de branqueamento, que se desenvolveram na Primeira República, fez com que o grupo étnico-racial negro se tornasse aquele a ocupar os estratos mais pauperizados da classe trabalhadora brasileira (Fernandes, 2008). É por essa razão que recaem sobre a população negra os principais impactos da adoção de políticas de cunho neoliberal. Desse modo, a escravidão se constitui como um fantasma que assombra a realidade social brasileira e continuará a fazê-lo de forma intensa até que medidas sejam tomadas a fim

de reparar a dívida histórica – que continua a aumentar – do Estado brasileiro com a população negra.

Michelle Alexander (2017), na obra *A nova segregação*, apresenta o projeto de hiperencarceramento dos Estados Unidos da América como uma reconfiguração do conjunto de leis segregacionistas que vigoraram nos estados do sul dos EUA entre 1876 e 1965. No Brasil, o encarceramento⁶ e os elevados índices de violência contra a população negra⁷ também se constituem, não de forma aleatória, como uma continuidade do período escravocrata e tal cenário pode ser agravado com propostas como a de redução da idade penal e o “pacote anticrime” apresentado pelo político-juiz Sérgio Moro. Ora, a intensificação do neoliberalismo contribui para aprofundar a lógica punitiva que, devido a formação histórica do Brasil, tem como principal alvo a população pobre e negra, bode-expiatório de um sadismo social que infecta o imaginário nacional e cujas origens remontam à ideologia de negação do negro como ser humano, fortalecida durante a escravidão e pouco combatida – ou até mesmo incentivada – durante os anos de República.

⁶ De acordo com os dados do Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen), 64% das pessoas apenadas no Brasil são negras, enquanto este grupo étnico-racial corresponde a 50% da população total do país (Brasil, 2017).

⁷ De acordo com o Atlas da Violência 2018, no ano de 2016 foram registrados 62.517 homicídios no território brasileiro, sendo 45.378 vítimas pretas ou pardas, o que representa 72,58% do total de homicídios (Cerqueira et al., 2018).

O neoliberalismo do bolsonarismo

Dando continuidade ao avanço ultraliberal protagonizado por Michel Temer, o ano de 2019 expressou uma nova correlação de forças com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República por meio de um processo notadamente atípico – que envolveu a prisão arbitrária de seu principal concorrente, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), e uma forte campanha difamatória direcionada ao Partido dos Trabalhadores, que teve como arena, sobretudo, as redes sociais e aplicativos de mensagem instantânea. Surfando na onda de deslegitimação da política representativa, que ganhou contornos mais marcantes a partir de 2013, Jair Bolsonaro e sua equipe apostaram na incansável estratégia de vender sua figura como a de um político antissistema, “*contra tudo que está aí*”⁸, mesmo que ele já tivesse, até o ano de 2018, atuado como um deputado federal do *baixo clero* da Câmara dos Deputados ao longo de sete mandatos e transitado por nove partidos políticos.

No dia 28 de outubro de 2018, um dos questionamentos centrais das análises políticas visava compreender como um

deputado do *baixo clero* conseguiu se tornar Presidente da República. Ora, apresentar e relacionar todas as variáveis que contribuíram para tal feito demandaria, no mínimo, o espaço de um novo artigo, mas, de forma telegráfica, cabe afirmar que Bolsonaro capitalizou em torno de si o sentimento de insatisfação do eleitorado com a realidade do país, ao mesmo tempo em que atuava na construção ficcional de seus inimigos: o PT e a esquerda⁹. Como resultado dessa equação, apresentava-se como o Messias. Essa estratégia foi acompanhada de uma massiva campanha nas redes sociais¹⁰ e aplicativos de mensagem instantânea, com a disseminação de notícias falsas a respeito do candidato do Partido dos Trabalhadores e sua vice.

Tal cenário marcou a ascensão da extrema-direita ao poder no Brasil, trazendo consigo tudo que lhe é próprio: liberalismo econômico para privatizar estatais, abrir mercados e colocar em risco a soberania nacional; conservadorismo para controlar os corpos dissidentes do padrão heteronormativo e impor a *ferro e fogo* o modelo patriarcal de família; meritocracia

⁸ Cf. <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/a-campanha-presidencial-do-contra-tudo-que-esta-ai/>

⁹ Bolsonaro não cria todas as circunstâncias que o ajudam a alcançar o cargo de Presidente da República, mas soube explorá-las a seu favor. Ora, de um lado, escândalos como o Mensalão e o Petrolão contribuíram para aprofundar o desgaste da esquerda no campo da representação política. Por outro lado, os veículos de comunicação atuaram de maneira incisiva na depreciação pública da imagem do Partido dos Trabalhadores.

¹⁰ Conforme a matéria a seguir, desde 2013, a família Bolsonaro atua nas redes sociais, inclusive contratando blogueiros e administradores de páginas no Facebook, para fortalecer a figura de Bolsonaro a partir de uma comunicação rápida, utilizando sobretudo memes e charges. Cf. <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/quem-sao-os-jovens-recrutados-por-carlos-bolsonaro-para-erguer-o-aparelho-digital-do-governo.html>

para justificar as desigualdades sociais; punitivismo para lidar com a segurança pública, mantendo intocado o cerne da questão, isto é, a violência social; e intolerância às diferenças, sejam elas políticas, religiosas ou éticas. Em suma, Bolsonaro e a extrema-direita chegaram ao poder apresentando sua total incompatibilidade com qualquer projeto minimamente democrático.

Possuindo mais militares em Ministérios do que os governos do período da ditadura civil-militar brasileira, Bolsonaro iniciou seu mandato com o discípulo de Milton Friedman, Paulo Guedes, assumindo o Ministério da Economia. E, no Ministério da Justiça, Sérgio Moro, juiz envolvido no questionável processo que levou o ex-presidente Lula à prisão e o impediu de disputar as eleições, liderou a pasta até abril de 2020, quando saiu, denunciando o presidente por tentativas de interferir na Polícia Federal do Rio de Janeiro.

Com tal cenário desenhado, duas das primeiras propostas do governo ilustravam com precisão os seus interesses. Uma delas, encabeçada por Paulo Guedes, tratava da denominada Reforma da Previdência, que propôs atuar na resolução do problema previdenciário imputando o ônus para os trabalhadores e trabalhadoras, contrariando

qualquer diálogo com centrais sindicais, movimentos sociais e sequer se dispôs ao debate técnico sobre a eficácia de tal medida. Do outro lado, o político-juiz Sérgio Moro apresentou o que ele intitulou como “pacote anticrime”, proposta notadamente punitivista que, dentre outras ações, propunha que, diante de uma intervenção policial que culmine na morte de um civil, o juiz possa “reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la” ao policial se “o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”¹¹.

Ora, em primeiro lugar, vale notar que o que foi intitulado “anticrime” fornecia, na verdade, atenuantes ao crime de homicídio. Portanto, não havia nada de “anticrime” em tal proposta. Em segundo lugar, note-se que, além de flexibilizar as relações de trabalho, os neoliberais agora também empreendem tentativas de flexibilizar as formas de produzir a morte biológica daqueles que julgam descartáveis – a saber: os pobres, negros, moradores da periferia e, em sua maioria, jovens, principais vítimas dos homicídios no Brasil (Waiselfisz, 2014; Cerqueira et al., 2018).

Bolsonaro foi eleito presidente por meio do Partido Social Liberal (PSL), mas, em novembro de 2019, rompeu com o PSL e lançou um manifesto para a fundação de um

¹¹ Após dez meses de negociação, o texto base do “pacote anticrime” foi aprovado, sendo sancionado como Lei

13.964 em 24 de dezembro de 2019. Contudo, o item que ampliava o excludente de ilicitude foi removido

partido político próprio, o Aliança pelo Brasil, cujo número da legenda seria 38, em referência ao calibre de um revólver¹². No manifesto de sete páginas divulgado na internet, é possível identificar, em linhas gerais, alguns elementos importantes sobre Jair Bolsonaro e o movimento que o sustenta, o bolsonarismo.

O Programa Aliança pelo Brasil apresenta cinco “bases e objetivos”, a saber: “Respeito a Deus e à religião”; “Respeito à memória, à identidade e à cultura do povo brasileiro”; “Defesa da vida, da legítima defesa, da família e da infância”; “Garantia da ordem, da representação política e da segurança”; e “Defesa do livre mercado, da propriedade privada e do trabalho”. Não é fortuito o fato de que a primeira “base” do programa seja “Respeito a Deus e à religião” ou que a palavra Deus apareça logo no primeiro parágrafo da introdução do manifesto (Programa da Aliança pelo Brasil, 2019).

Utilizando como referência a pesquisa de opinião divulgada pelo Instituto Datafolha três dias antes do segundo turno da eleição presidencial de 2018¹³, no que concerne à distribuição do eleitorado por religião, o único agrupamento religioso em que Bolsonaro aparecia com mais de 1,2 milhão de votos de diferença em relação ao candidato Haddad era o dos evangélicos, no

qual a diferença totalizaria 11,95 milhões de votos, sendo 69% dos votos válidos para Jair Bolsonaro e 31% para Fernando Haddad. Se corrigirmos os números com base no resultado das eleições de 28 de outubro, teremos, então, no campo evangélico, uma diferença de 11,5 milhões de votos a favor de Bolsonaro, em uma disputa em que este ganhou por uma diferença de 10,7 milhões de votos.

Tal fato demonstra o peso central dos evangélicos, sobretudo dos setores fundamentalistas, na eleição de Jair Messias Bolsonaro. Também merece destaque o apoio de líderes religiosos, como Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e empresário proprietário do Grupo Record, que possui a terceira maior emissora de televisão do Brasil e outros canais de rádio e TV, todos utilizados na campanha de Jair Bolsonaro em 2018 (Bortone, 2020).

Embora se trate de um texto de poucas palavras, a seção do programa intitulada “Respeito a Deus e à religião” é hostil à vida democrática por inúmeras razões, as quais não se pretende aprofundar ao longo deste texto. Contudo, vale mencionar que, ao afirmar que o a população brasileira “é um povo religioso e solidamente educado nas bases do

¹² Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/alianca-pelo-brasil-tera-numero-38-nas-umas-e-pode-so-disputar-em-2022-diz-bolsonaro.shtml>

¹³ Cf. <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>

Cristianismo, em suas variadas vertentes e expressões” (Programa da Aliança pelo Brasil, 2019, p. 2), ou que “a relação entre esta Nação e Cristo é intrínseca, fundante e inseparável” (p. 2), ou ainda que “o povo é majoritariamente religioso e não pratica a exclusão de Deus de suas vidas – logo, não devem fazê-lo seus representantes” (p. 2), o programa ignora por completo a existência de outras formas de se relacionar ou não com o mundo espiritual.

Desse modo, utilizando como referência o dado de que a maioria da população brasileira é cristã, o Programa da Aliança pelo Brasil declara a imposição da religião na esfera política, lançando, assim, as bases para uma espécie de projeto de Estado teocrático que se utiliza de uma determinada interpretação bíblica para justificar a violação de direitos, como o direito ao aborto ou ao casamento de pessoas do mesmo sexo, conforme é explicitado na seção “Defesa da vida, da legítima defesa, da família e da infância”¹⁴.

Ademais, além de marcar seu posicionamento fundamentalista, de esforço “pela conservação dos valores cristãos” (Programa da Aliança pelo Brasil, 2019, p. 5),

o programa também emite uma mensagem precisa para os militares e agentes de segurança, pois, segundo o documento, “o Brasil possui um grande débito com as forças militares e policiais” (p. 6), ainda que seja um país onde nenhum torturador foi preso pelos crimes que cometeu durante o regime civil-militar.

Por sua vez, na seção “Garantia da ordem, da representação política e da segurança” são mencionados os crimes de corrupção, de narcotráfico e de terrorismo (p. 6). Ora, a declaração de “atenção primordial” aos crimes de corrupção faz parte da estratégia política empregada para depreciar seus opositores, nunca se aplicando aos escândalos de corrupção acerca de si mesmo e de seu grupo de aliados. Ao mencionar o narcotráfico, a proposta visa dar continuidade ao mecanismo mais efetivo de criminalização da pobreza no Brasil, tendo em vista que 26,8% da população carcerária do país responde por crimes relacionados às drogas¹⁵. Por último, o terrorismo aparece como retórica para justificar medidas de exceção cujo objetivo seja reprimir manifestações contrárias ao governo, como é o caso do movimento

¹⁴ Na referida seção, pode-se ler afirmações como “o aborto é uma traição social” (p. 4); “A Aliança pelo Brasil defenderá também o valor da maternidade como um dos fundamentos da sociedade, esforçando-se para combater qualquer iniciativa de desconstrução desse valor (sob o pretexto de ‘direitos sexuais e reprodutivos’ ou outro)” (p. 4); ou “A Aliança pelo Brasil se compromete também com a defesa da família como núcleo natural e fundamental da sociedade

e defenderá sempre o direito do homem e da mulher de contraírem casamento e de constituírem uma família” (p. 4).

¹⁵ Cf. <https://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/info pen>

antifascista, que ganhou força durante a pandemia da Covid-19, em maio de 2020.

O documento também assinala suas posições para os setores da burguesia, alertando sobre o compromisso do bolsonarismo com uma política econômica liberal. Conclui-se, com isso, a tríade de sustentação do governo Bolsonaro, formada por fundamentalistas religiosos, setores das Forças Armadas (incluindo as polícias) e o empresariado. Ao mesmo tempo em que o documento enuncia seu apoio a setores que são estratégicos ao bolsonarismo desde sua ascensão ao poder, ele também situa as bases desse movimento, mesclando elementos conservadores, reacionários e liberais. Por um lado, propõe conservar instituições sociais consolidadas, como a família heteronormativa. Por outro, adota posturas reacionárias, que visam um retorno ao passado, como é o caso do desejo expresso em criminalizar o aborto em qualquer situação e endurecer a legislação penal. E, ainda, adere ao ideário liberal quando “repudia a luta de classes” (Programa da Aliança pelo Brasil, 2019, p. 7) e defende o “livre exercício da atividade econômica [...], do livre mercado” (p. 7). Portanto, qualquer análise sobre a forma que assume o movimento bolsonarista precisa considerar essas características, evitando, assim, uma análise reducionista.

São três os elementos aos quais o autor Achille Mbembe (2011, p. 135) se

referia ao utilizar o conceito de necropolítica pela primeira vez, a saber: 1) um contexto em que o estado de exceção não figura mas como exceção, mas sim como o padrão de normalidade; 2) uma figura de soberania cujo o projeto central é a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos e populações humanas julgadas como descartáveis ou supérfluos; e 3) uma forma de soberania, ou governo, na qual se utiliza continuamente uma noção ficcional de inimigo. O governo Jair Bolsonaro aciona essas três características, seja pelo uso reiterado de decretos, o que viola o jogo democrático, seja por sua política declarada contra minorias, seja pela ideia ficcional de que há uma constante ameaça e um inimigo a ser combatido – o comunismo, a mídia, “a petralhada”, a comunidade LGBTQIA+ etc.

A figura de Jair Messias Bolsonaro, sua vida pública, sua campanha presidencial em 2018 e seu mandato como presidente representam cultos à morte. O bolsonarismo, de fato, coloca a morte no centro do poder político. São numerosas as afirmações do presidente que ilustram o seu culto à violência e à morte. Entre as mais emblemáticas, encontramos: “a minha

especialidade é matar”¹⁶; “a ditadura brasileira deveria ter matado uns 30 mil”, referindo-se ao número de mortos da ditadura argentina; o grito de “*vamos metralhar a petralhada*”, proferido em cima de um carro de som durante a campanha eleitoral, entre outras.

Portanto, o neoliberalismo de tipo bolsonarista promove, de forma declarada, a fusão entre política e guerra. Sua narrativa insistente na eliminação física do inimigo e na ojeriza àqueles que diferem do padrão heteronormativo, branco e masculino contribui para a construção ficcional de inimigos. Trata-se, como alertou Mbembe ao abordar o conceito de necropolítica, de “um repúdio a um tabu chave, sem o qual a sociedade não é sociedade, o tabu contra o assassinato, a morte do outro” (Mbembe, 2011, p. 134). Desse modo, pelos motivos apresentados, podemos afirmar que o neoliberalismo autoritário de Jair Bolsonaro é, também, atrelado a um projeto de produção da morte em larga escala, que supera, em termos quantitativos e qualitativos, as tecnologias de produção da morte em vigor até o início de seu mandato. Inclusive, no momento em que este texto é escrito, o Brasil contabiliza mais de cinquenta mil mortes decorrentes da pandemia da Covid-19 e da postura negacionista e anticientífica adotada por Jair Bolsonaro e pelo Governo Federal. O

Messias, que durante a campanha eleitoral, afirmou que “a sua especialidade é matar”, segue cumprindo sua profecia.

Considerações finais

Com distintas particularidades regionais, o projeto de avanço do neoliberalismo se desenha não apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina e do mundo, sendo caracterizado pelo desenvolvimento de políticas de austeridade e mecanismos de gestão penal da miséria. Nesse sentido, o Estado neoliberal se mostra violador de direitos básicos de parcela substancial da população, principalmente dos sujeitos que ocupam as franjas da sociedade de mercado. Por essa razão, afirmamos que o neoliberalismo produz um permanente estado de exceção para determinados grupos sociais, ainda que estejamos sob os marcos formais do pretense Estado democrático de direito.

Vale lembrar, ainda, que os mecanismos de gestão da miséria não são apenas penais, conforme alertou o sociólogo francês Loïc Wacquant (2007), mas também necropolíticos. Ou seja, além do encarceramento de determinados grupos, também se produz a morte destes, seja de

¹⁶ Frase proferida por Bolsonaro durante uma visita ao município de Porto Alegre, em 29 de junho de 2017, e

posteriormente repetida por ele, em 25 de fevereiro de 2018, durante um encontro com apoiadores no Japão.

forma direta, por meio das polícias e das forças armadas, seja de forma indireta, proporcionando as circunstâncias para que a morte ocorra, a partir de uma política proibicionista que produz mercados ilegais de drogas em disputa por territórios, pela negação do acesso à saúde de qualidade ou pelas ações e inações durante a pandemia iniciada em março de 2020.

Tendo em vista as propostas apresentadas desde a campanha eleitoral e as políticas e os discursos públicos realizados até o presente momento, é possível perceber que se desenha não apenas um governo ultraliberal no plano econômico, mas também chauvinista, xenófobo, misógino, racista e profundamente anti-intelectual, tendo em vista os cortes de gastos e os frontais ataques às universidades públicas – sobretudo aos cursos de Ciências Humanas. Seguindo esse caminho, os limites entre capitalismo e democracia se acentuam cada vez mais e reforçam o Brasil como um país distante de superar as marcas de uma sociabilidade profundamente desigual, forjada na escravização e desumanização do outro, e que opera por meio de um estado de exceção penal-necropolítico a fim de manter os processos de gestão da pobreza.

Referências

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. Tradução Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2017.

ANDERSON, Perry, (1995), “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-23.

BORTONE, Elaine de Almeida. “Fracções do empresariado em campanha pró-Bolsonaro (2018)”. *Revista Debates*, v. 14, n. 1, pp. 60-83, 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça, *Levantamento nacional de informações penitenciárias: InfoPen – junho de 2017*, Brasília, Ministério da Justiça. Disponível em http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes--penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 30 jun 2020.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da Violência 2018*, Rio de Janeiro, IPEA & FBSP, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 30 jun 2020.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, Ana Amélia Cypreste & BARROS, Vanessa de Andrade. “Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas

escassas”. *Psicologia & Sociedade*, vol. 23, n. 3, pp. 536-544, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes* (2º vol.). São Paulo: Globo, 2008.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: LTC, 2014.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, (2018), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Microdados*, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9937-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?edicao=18331&t=resultados>. Acesso em: 28 jun 2020.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”. In: SADER, Emir (org.), *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, pp. 105-165, 2000a.

MARINI, Ruy Mauro. “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”. In: SADER, Emir (org.), *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, pp. 11-104, 2000b.

MARSHALL, Thomas Humphrey, (1967), *Cidadania, classe e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MBEMBE, Achille. “Necropolítica, uma revisão crítica”. In: MAC GREGOR, Helena Chávez (org.). *Estética y violencia: necropolítica, militarización y vidas*

lloradas. México: Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 130-139, 2012.

MIRANDA, Gabriel & PAIVA, Ilana. “Os becos sem saída do debate sobre segurança pública: notas sobre o fetiche do Estado penal”. *Revista Psicologia Política*, vol. 17, n. 38, pp. 44-56, 2017.

OSORIO, Jaime. “Superexplotación y clase obrera. El caso mexicano”. *Cuadernos Políticos*, vol. 39, n. 1, pp. 40-59, 1975.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PROGRAMA DA ALIANÇA PELO BRASIL. *Aliança pelo Brasil*, 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/11/PROGRAMA-DA-ALIANÇA-PELO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 30 jun 2020.

SÁNCHEZ, Ignacio González. “Neoliberalismo y expansión del sistema penal: apuntes sobre una relación no anunciada”. In: *Encrucijadas: revista crítica de Ciencias Sociales*, vol. 9, n. 9, pp. 1-17, 2015.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOLER, Pere et al. “Young people and youth policies in Spain in times of austerity: between juggling and the trapeze”. In: *International Journal of Adolescence and Youth*, vol. 19, n. 1, pp. 62-78, 2014.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WACQUANT, Loïc, (2012), “Três etapas para uma Antropologia Histórica do neoliberalismo realmente existente”. *Caderno CRH*, vol. 25, n. 66, pp. 505-518, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência: Os jovens do Brasil*. Brasília: Flacso Brasil, 2014. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf. Acesso em: 30 jun 2020.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.